

ESTUDOS E PESQUISAS Nº 349

Crescimento, Renda e Pobreza. Como ficam os pobres?

Sonia Rocha*

XXII Fórum Nacional 2009 -
Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna
(Sociedade do Diálogo, da Tolerância, da Negociação), “Programa Nacional
de Direitos Humanos”. E Novos Temas
17 e 20 de maio de 2010



* Economista do IETS.

Versão Preliminar – Texto sujeito à revisões pelo(s) autor(es).

Copyright © 2010 - INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos. Todos os direitos reservados. Permitida a cópia desde que citada a fonte. *All rights reserved. Copy permitted since source cited.*

INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos - Rua Sete de Setembro, 71 - 8º andar - Rio de Janeiro - 20050-005 - Tel.: (21) 2212-5200 - Fax: (21) 2212-5214- E-mail: forumnacional@inae.org.br - web: <http://forumnacional.org.br>

Crescimento, Renda e Pobreza. Como ficam os pobres?

Sonia Rocha

1. Introdução

Desde o início da década de noventa, a pobreza passou a ocupar papel central nas preocupações nacionais, o que se deu, em parte, devido à nova ênfase atribuída ao tema pela academia e pelas instituições internacionais voltadas para as questões relativas ao desenvolvimento econômico. O relatório anual do Banco Mundial de 1990, que trazia uma impactante capa negra com a palavra pobreza escrita em letras garrafais,¹ bem caracteriza esta nova fase em que medidas e caracterização da pobreza, assim como políticas voltadas especificamente para a proteção e a inserção social e econômica dos mais pobres adquirem lugar de destaque.² No Brasil divulgam-se novos indicadores estatísticos, a sociedade civil se organiza e são criadas políticas públicas focalizadas nos mais pobres.

No entanto, a conjuntura econômica do início da década de noventa no Brasil era certamente adversa. A inflação sem controle prejudicava os mais pobres, que não dispunham de mecanismos de proteção monetária e eram os mais afetados pela queda do valor real de seus rendimentos frente à escalada de preços. No contexto inflacionário, a política econômica tinha prioridade absoluta, e a gestão da conjuntura absorvia todos os esforços, não deixando espaço para o planejamento de longo prazo nem para a questão social. Em comparação com países com valor de produto per capita similar, o Brasil no início dos anos noventa apresentava níveis elevados de desigualdade de renda e de pobreza absoluta, o que se devia aos efeitos concentradores da inflação e de mecanismos associados a ela.

O sucesso do Plano Real em assegurar a estabilidade monetária resultou, de imediato, numa forte redução da pobreza e da desigualdade, efeito que foi potencializado por outros fatores paralelos muito bem-vindos, embora inesperados. Tal foi o caso da “âncora verde”, isto é, o comportamento favorável dos preços alimentares em função de uma excelente safra agrícola, assim como o da abertura comercial, permitindo que importações neutralizassem em parte o efeito da expansão da demanda sobre os preços internos.

Para decepção geral, a queda da pobreza, que tinha sido excepcional após o Plano Real, tendo atingido em 1995 os menores níveis observados historicamente no Brasil, não teve continuidade. A partir de então, os indicadores de pobreza para o país como um todo ficaram relativamente estáveis, oscilando para mais ou para menos em função do comportamento conjuntural do nível de atividade econômica e do desempenho geralmente fraco do mercado de trabalho. Somente a partir de 2004 ocorre um claro ponto de inflexão no comportamento da pobreza do ponto de vista da insuficiência de

¹ IBRD, 1990.

² Barrientos e Santibáñez (2009) fazem uma excelente síntese das mudanças ocorridas na América latina no que concerne a nova ênfase em políticas anti-pobreza a partir dos anos noventa.

renda: a retomada da atividade econômica a partir daquele ano resultou em redução sustentada dos índices de pobreza, que atingiram, a cada ano, novos mínimos históricos.

Este texto tem como objetivo analisar as mudanças na formação da renda das famílias, que determinam os resultados recentes obtidos em termos de redução da pobreza. Na próxima seção descreve-se o comportamento da proporção de pobres desde a década de noventa, comparando os efeitos espacialmente diferenciados ocorridos no período de baixo crescimento após o Plano Real e no período de retomada da atividade econômica, 2004-2008. A seção 3 apresenta as mudanças que ocorreram na formação da renda das famílias entre 2004 e 2008, deixando claro o papel primordial da renda do trabalho para a redução da pobreza e evidenciando, ademais, como as transferências assistenciais vêm tendo uma função compensatória crescente na formação da renda das famílias pobres. O funcionamento do mercado de trabalho é examinado mais de perto na Seção 4, que mostra como a expansão da ocupação e, particularmente, como o aumento mais forte do rendimento dos trabalhadores menos qualificados manteve a característica distributivamente favorável que já se verificava antes da retomada, contribuindo agora diretamente para a redução da pobreza. A Seção 5 utiliza os casos extremos de São Paulo metropolitano e Nordeste rural para ilustrar como, no período da retomada da atividade econômica mercado de trabalho e a formação da renda das famílias afetam as desigualdades espaciais da pobreza. Finalmente a Seção 6, sintetiza as principais evidências discutidas ao longo do texto.

2. Da Estagnação Pobreza ao seu Declínio Sustentado no período 2004-2008

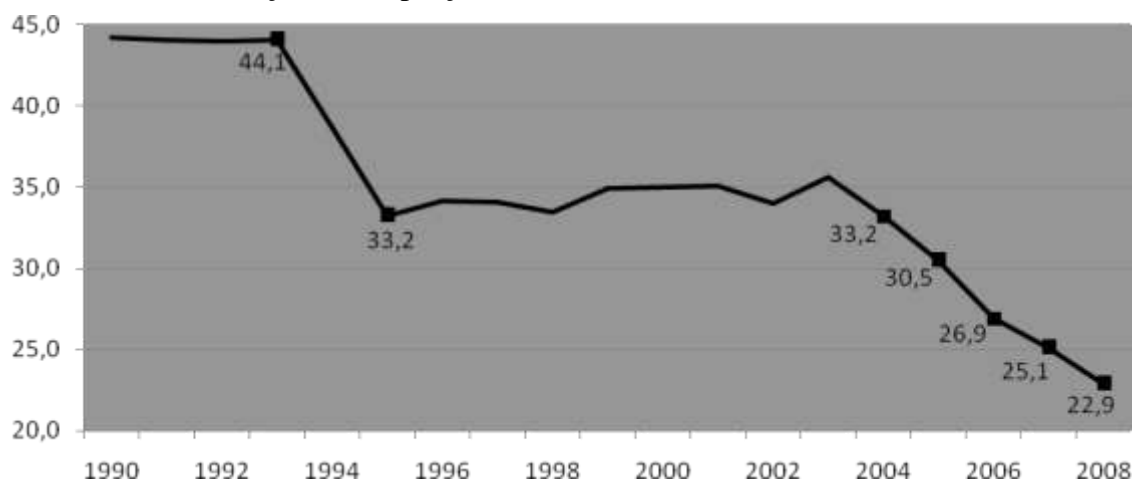
Embora pobreza não se limite à insuficiência de renda, o uso de linhas de pobreza em países de economia monetizada e de nível de renda média como o Brasil faz sentido para estabelecer um crivo básico entre pobres e não-pobres, que poderão ser classificados posteriormente em relação a outras características. Para a obtenção dos indicadores de pobreza apresentados a seguir foram utilizadas, a cada ano, 24 linhas de pobreza localmente específicas, com o objetivo de levar em conta os diferenciais de estrutura de consumo e de preços nas diferentes regiões e áreas urbanas, rurais e metropolitanas no país. As linhas de pobreza se baseiam no consumo observado entre populações de baixa renda em cada região e área de residência, e seus valores são atualizados anualmente de acordo com a variação local de preços por grupo de produtos.³

O indicador de pobreza usual, mais sensível e de mais fácil compreensão, é a proporção de pobres na população total. Após a queda forte que se seguiu ao Plano Real, quando declinou de forma abrupta de 44,1% em 1993, para 33,2% em 1995, a proporção ficou praticamente no mesmo patamar, apenas oscilando em função dos ciclos de curto prazo que, devido a determinantes diversos, internos e externos, afetaram a economia. Como consequência, em 2004, a proporção de pobres verificada para o país como um todo se situava exatamente no mesmo nível de 1995 - 33,2% -, depois de ter atingido um pico em 2003 (Gráfico1). A partir de então, com a retomada da atividade econômica de forma sustentada, a proporção de pobres declina todos os anos, atingindo mínimos históricos a cada ano desde 2005. A proporção de pobres atingida em 2008, 22,7%, corresponde a um declínio médio de 2,6 pontos percentuais anualmente desde 2004. É interessante observar que o aumento relativamente forte dos preços alimentares nos

³ Para a descrição da metodologia utilizada para o estabelecimento das linhas de pobreza, ver Rocha (2006).

anos de 2007 e 2008 foi incapaz de interromper a tendência de redução da pobreza, já que estes aumentos foram largamente compensados por ganhos de renda, tanto devido a melhorias no mercado de trabalho, como à expansão das transferências previdenciárias e assistenciais. Ademais, a participação da alimentação no orçamento das famílias diminuiu continuamente, sendo que, mesmo dentre as famílias pobres, já deixou há muito de ser o grupo de despesa mais importante, pelo menos nas áreas urbanas e metropolitanas. Na metrópole de São Paulo, por exemplo, os gastos alimentares correspondiam a 28% do valor da linha de pobreza em 2008.⁴

Gráfico 1
Evolução da Proporção de Pobres (%) – Brasil, 1990-2008



Fonte: IBGE/PNAD, Tabulações especiais da autora.

Embora a queda dos indicadores de pobreza⁵ desde 2004 tenha sido generalizada, afetando positivamente praticamente todas as regiões e áreas de residência para as quais a amostra da PNAD permite obter estimativas, ela se deu de forma mais acentuada nas regiões mais desenvolvidas e dinâmicas do país. Trata-se, portanto, de um processo diverso do observado no período 1995-2004 quando a proporção de pobres ficou estagnada para o país como um todo. Naquele período, a estagnação da proporção encobria mudanças espaciais da pobreza, por exemplo, melhorias nas áreas rurais e agravamento nas áreas metropolitanas, ou ainda, melhorias no Norte e Nordeste e agravamento no Sudeste. Estes efeitos se compensavam em nível nacional, fazendo

⁴ A evolução dos preços alimentares tem efeito direto sobre as medidas de indigência, já que a linha de indigência é associada exclusivamente ao valor da cesta alimentar básica. Depois de muitos anos de queda relativa, os preços alimentares se elevaram mais do que os demais em 2007, levando um pequeno aumento da indigência naquele ano – de 5,64% em 2006 para 5,79% em 2007. No entanto, a continuidade da elevação relativa dos preços alimentares em 2008 não impediu que ocorresse declínio da proporção dos indigentes para 5,12% neste último ano. Vale lembrar que os indigentes são um subconjunto de pobres formado pelos mais pobres dentre eles (Estimativas de indigência da autora com base na PNAD/IBGE).

⁵ Embora sejam apresentados aqui apenas os indicadores de proporção de pobres, os demais indicadores usuais de pobreza do ponto de vista da renda (hiato da renda, hiato quadrático) também declinaram no período. Para o país como um todo, o hiato da renda passou de 0,44 em 2004, para 0,41 em 2008, enquanto o hiato quadrático, que sintetiza aspectos relativos à proporção de pobres, intensidade da pobreza e desigualdade de renda entre os pobres, declinou de 0,091 para 0,057 respectivamente (Resultados calculados a partir da PNAD/IBGE).

convergir os indicadores de pobreza por áreas de residência (Tabela 1).⁶ Exemplificando com base em casos extremos, na metrópole de São Paulo a proporção de pobres se elevou dramaticamente nos períodos, enquanto no Nordeste rural ocorriam melhorias importantes para este indicador.

Desde 2004, a pobreza caiu mais fortemente nas regiões Sul e Sudeste, enquanto as demais regiões têm melhorias mais atenuadas, o que é um comportamento típico da fase de expansão econômica, quando o resultado mais favorável ocorre nas áreas mais desenvolvidas. No entanto, existem dois fatos a destacar em relação à evolução recente da pobreza. Primeiro, o comportamento do indicador de pobreza nas áreas urbanas, rurais e metropolitanas: a proporção de pobres cai nas três áreas em ritmo semelhante. Então, na fase ascendente do ciclo, não são mais as metrópoles que ficam na dianteira e as áreas rurais que apresentam progressos amortecidos. Os resultados se aproximam porque hoje existe uma maior heterogeneidade de comportamento dentro de cada estrato de residência. Assim, embora a metrópole paulista continue como ponta de lança na retomada do crescimento, outras metrópoles ficam para trás, mostrando dificuldades estruturais para reagir, como é o caso de Recife. Nas áreas rurais ocorre fato semelhante: enquanto o Nordeste rural apresentou uma reação relativamente fraca à retomada, a proporção de pobres no Centro-Oeste rural caiu fortemente desde 2004.

Tabela 1
Evolução da Proporção de Pobres
por Áreas Seleccionadas - 1995, 2004* e 2008

Áreas Seleccionadas	Proporção de Pobres (%)			Variação Anual (%)		
	1995	2004*	2008	1995-2008	1995-2004	2004-2008
Brasil	33,2	33,3	22,8	-2,9	0,0	-9,0
Metropolitano	31,2	38,8	27,1	-1,1	2,5	-8,6
Urbano	31,2	29,6	19,9	-3,4	-0,6	-9,4
Rural	41,5	35,4	24,3	-4,0	-1,7	-9,0
Norte	38,5	36,6	25,1	-3,2	-0,6	-9,0
Nordeste	52,0	48,5	35,5	-2,9	-0,8	-7,5
Sudeste	25,0	28,9	18,7	-2,2	1,6	-10,3
Sul	17,8	14,8	7,8	-6,2	-2,0	-14,8
Centro-Oeste	37,4	34,0	23,8	-3,4	-1,1	-8,5
Nordeste Rural	54,1	47,6	35,3	-3,2	-1,4	-7,2
São Paulo Metropolitano	26,9	41,6	27,6	0,2	5,0	-9,7

Fonte: IBGE/PNAD, Tabulações especiais da autora.

*Resultados relativos a 2004 estão reponderados.

Nota: Exclusive região Norte Rural (exceto Tocantins).

⁶ As proporções de pobres apresentadas no Gráfico 1 não resultam dos microdados reponderados pelos novos pesos 2001-2007 divulgados em 2010. A reponderação pouco afeta resultados gerais para o país, de modo que as proporções de pobres para o Brasil relativas a 2004, por exemplo, são bem próximas usando os dados originais (33,2%) ou os reponderados (33,3%). Da Tabela 2 em diante, todos os resultados relativos a 2004 foram objeto de reponderação.

Assim, embora as diferenças urbano-rurais se mostrem atenuadas, e, certamente, a área rural não seja há muito o lócus privilegiado da pobreza brasileira - nem do ponto de vista da incidência, muito menos na participação no número de pobres no país-, as diferenças regionais persistem e, como tradicionalmente, têm se acentuado na fase atual de expansão da renda. A este respeito cabe comentar a evolução da Região Sul: com incidência de pobreza próxima da metade da média brasileira em 1995, seu ritmo de redução de pobreza se manteve mais elevado do que o das outras regiões em todo o período, seja na fase de estagnação de 1995-2004, seja na fase de crescimento recente de 2004 a 2008. As características sócio-econômicas mais favoráveis do Sul parecem ter atingido um nível em que o círculo virtuoso se auto-alimenta, neutralizando em boa parte dos efeitos adversos da conjuntura nacional.

Tabela 2
Desequilíbrios entre Tamanho da População e Incidência de Pobreza
Participação Percentual por Áreas Selecionadas – 1995, 2004 e 2008

Áreas Selecionadas	1995			2004*			2008		
	População	Pobres	Desvio	População	Pobres	Desvio	População	Pobres	Desvio
Brasil	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-
Metropolitano	30,7	28,7	1,9	30,8	35,9	-5,1	30,9	36,5	-5,7
Urbano	49,5	46,5	3,0	54,5	48,5	6,1	55,1	48,1	7,0
Rural	19,8	24,7	-4,9	14,7	15,6	-1,0	14,0	15,4	-1,4
Norte	4,6	5,3	-0,7	6,2	6,8	-0,6	6,6	7,8	-1,2
Nordeste	29,1	45,5	-16,5	28,8	42,0	-13,2	29,0	45,0	-16,0
Sudeste	43,9	33,1	10,9	42,6	37,0	5,6	42,1	34,5	7,7
Sul	15,5	8,3	7,2	2,4	1,1	1,3	14,9	5,1	9,8
Centro-Oeste	6,9	7,7	-0,9	0,9	0,8	0,2	7,4	7,7	-0,3
Nordeste Rural	10,5	17,0	-6,6	8,1	11,5	-3,5	7,9	12,1	-4,3
São Paulo Metrop.	10,7	8,6	2,0	10,2	12,8	-2,6	10,2	12,3	-2,1

Fonte: IBGE/PNAD, Tabulações especiais da autora.

*Resultados relativos a 2004 estão reponderados.

Nota: Exclusive região Norte Rural (exceto Tocantins).

A evolução comparada das participações percentuais no número de pobres e na população total do país por áreas reflete simultaneamente movimentos demográficos e de incidência de pobreza (Tabela 2). Assim, por exemplo, viviam na área rural em 1995, 19,8% da população brasileira, mas 24,7% dos pobres brasileiros, isto é, havia relativamente mais pobres na área rural do que deveria se ocorresse uma distribuição proporcional da pobreza entre os três estratos de residência. Este quadro evoluiu para um quase equilíbrio das duas participações em 2004 e 2008 apesar do ligeiro agravamento no último ano. Este resultado se explica porque a proporção de pobres na área rural vem se reduzindo de forma sustentada, como também porque o declínio da população rural é inexorável. Embora esta tendência venha favorecendo o Nordeste, onde a população rural é mais numerosa e a pobreza rural mais crítica, não foi capaz de alterar de forma fundamental a questão regional no que concerne à posição relativa do

Nordeste na pobreza nacional: a região continua a concentrar cerca de 45% dos pobres brasileiros, portanto bem acima da sua participação de 29% na população brasileira, resultados praticamente idênticos aos de mais de uma década atrás. Os dados da Tabela 2 mostram ainda a deterioração da posição relativa do Nordeste face à retomada recente do crescimento econômico (2004-2008), enquanto ocorre melhoria no Sul e Sudeste.

As informações apresentadas em relação à evolução da pobreza e à sua situação mais recente em 2008 resultam de um conjunto de fatores que determinam como se forma a renda das famílias brasileiras ao longo do tempo, já que a pobreza é medida levando em conta o valor total de todos os tipos de rendimentos recebidos por todos os membros da família repartido entre eles.⁷ O componente mais importante da renda, portanto afetando preponderantemente o nível de pobreza, é o rendimento do trabalho, que decorre do funcionamento do mercado, tanto no que se refere à sua capacidade de gerar postos de trabalho, mas quanto ao nível de rendimento pago às diferentes categorias de trabalhadores. Até 2004, em função do baixo dinamismo da atividade econômica, o mercado de trabalho teve um desempenho fraco em termos de expansão de postos de trabalho, e, ademais, houve queda do rendimento médio.⁸ Neste contexto, e considerando que a renda do trabalho representa cerca de $\frac{3}{4}$ da renda das famílias, a estabilidade da proporção de pobres tal como se verificou no período 1995-2004 se deveu à evolução demográfica favorável, à expansão das políticas previdenciária e assistencial, e às mudanças distributivas do rendimento do trabalho relativamente favoráveis aos indivíduos que percebem rendimentos mais baixos.

3. Mudanças na Formação da Renda das Famílias

A renda brasileira vem crescendo de forma sustentada desde 2004, o que, como se viu, teve impactos favoráveis sobre a pobreza, que declinou 10,3 pontos percentuais entre 2004 e 2008. Uma vez que a medida de pobreza a que nos referimos depende da renda familiar per capita, o objetivo desta seção é analisar o comportamento dos principais componentes da renda familiar, dentre os quais se destaca, como é natural, compreensível e desejável, o rendimento do trabalho.

A renda total⁹ das famílias brasileiras cresceu 31,2% em termos reais entre 2004 e 2008, ritmo bem próximo ao observado para o rendimento do trabalho (31,0%). Aposentadorias e pensões evoluíram aproximadamente ao mesmo ritmo - 30,7% - o que tem a ver tanto com o envelhecimento da população e o aumento do contingente de idosos protegidos por mecanismos de previdência social, como com a política de aumento real do salário mínimo no período, a cujo valor corresponde a grande maioria

⁷ A variável utilizada para medir a pobreza é a renda familiar ou domiciliar per capita, que permite considerar a família ou domicílio como unidade solidária de consumo e rendimento.

⁸ Entre 1996 e 2003 o rendimento médio do trabalho caiu 19%. Apenas para o terceiro décimo da distribuição, devido à política de valorização do salário mínimo, não houve queda do rendimento médio no período. (Fonte: PNAD/IBGE).

⁹ A PNAD investiga onze quesitos de renda que são os seguintes: rendimento do trabalho principal; rendimento do trabalho secundário; rendimento de outros trabalhos; aposentadorias oficiais; pensões oficiais; outras aposentadorias; outras pensões; juros, dividendos e transferências; abono permanência; aluguéis; e doações. Para fins desta análise agregamos os três quesitos relativos ao rendimento do trabalho, os quatro quesitos relativos a pensões e aposentadorias, e os quesitos de menor importância relativa associados a abono permanência, aluguéis e doações, que denominamos aqui “outros rendimentos”. As transferências assistenciais, que, apesar de corresponderem a valores absolutos relativamente baixos, se expandiram fortemente no período em estudo, ainda não são objeto de quesito específico na PNAD, sendo investigada juntamente aos rendimentos financeiros.

dos pagamentos realizados sob esta rubrica.¹⁰ Teve expansão excepcionalmente elevada no período o componente da renda familiar que agrega juros e transferências de renda assistenciais focalizadas nos pobres, isto é, os benefícios do programa Bolsa-Família (BF) e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) pagos aos idosos e portadores de deficiência de famílias pobres. Seu crescimento real foi de 77,5% no período, elevando substancialmente a sua participação na renda das famílias, que, no entanto, permanece marginal. Como a expansão da renda familiar se deu quase na mesma intensidade da expansão da renda do trabalho, o aumento da participação do agregado juros e transferências, que trataremos simplesmente como transferências daqui em diante, ocorreu em detrimento de “outras rendas”.

Tabela 3
Renda Familiar e de seus Principais Componentes
Crescimento e Participação na Renda Familiar Total – 2004* e 2008

Ano e Região Selecionada	Total	Trabalho	Aposentadorias e Pensões	Juros e Transf. de Renda	Outras Rendas**
Todas as Famílias					
Δ % 2004-2008	31,2	31,0	30,7	77,5	14,9
Part. 2004 (%)	100	76,2	19,7	1,6	2,5
Part. 2008 (%)	100	76,1	19,6	2,2	2,2
Famílias Pobres					
Δ % 2004-2008	-38,8	-43,7	-47,6	9,2	-44,7
Part. 2004 (%)	100	77,0	10,7	10,1	2,2
Part. 2008 (%)	100	70,8	9,1	18,0	2,0

Fonte: IBGE/PNAD, Tabulações especiais da autora.

*Dados relativos a 2004 reponderados

** Abono permanência, aluguéis e doações recebidos.

A situação se configura de forma diversa quando consideramos a evolução da renda do subconjunto de famílias pobres, neste caso específico definidas como aquelas cuja renda familiar per capita se situa abaixo do parâmetro de elegibilidade do Bolsa-Família, isto é, R\$ 100 em 2004 e R\$ 120 em 2008.¹¹ Para estas a renda total cai – menos 38,8 % entre 2004 e 2008, assim como todos os seus componentes, exceto as transferências de renda, que tem um acréscimo real de 9,2%.

A queda do valor absoluto das rendas não é em si um fato adverso, na medida em que se reduziu o número de pobres no período. No entanto, a queda da participação do rendimento do trabalho na renda total destas famílias evidencia que, na medida em que se reduz a incidência de pobreza, mais caracterizada fica a pobreza como falta de renda ou a baixa renda devido às dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Ademais, pobres são também os relativamente desprotegidos pelos mecanismos de previdência

¹⁰ De 2004 a 2008, o aumento real do salário mínimo foi de 32%, acelerando o ritmo de valorização que já vinha ocorrendo desde 1999 (+17% entre 1999-2004).

¹¹ Optou-se por adotar o valor de R\$ 120,00, valor real é bem próximo aos R\$100,00 de setembro de 2004, atualizados para setembro de 2008 usando o INPC (R\$ 121,30).

social: as receitas de pensões e aposentadorias têm para as famílias pobres uma participação na renda total que é a metade da verificada para o conjunto das famílias brasileiras. Em contrapartida, a expansão das transferências de renda assume importância crescente para as famílias pobres. Seu aumento real de 9,2% no período em que a renda agregada para este grupo declinava, resultou em incremento forte da sua participação na renda total, que atinge 18% em 2008. Portanto, para o conjunto de famílias pobres as transferências de renda focalizadas desempenham um papel fundamental em termos de garantia do nível de consumo e de bem-estar, especialmente em função da reconhecida volatilidade da renda do trabalho, que em setembro de 2008, ainda representava 70,8% da renda das famílias pobres. Diante da inserção geralmente precária no mercado de trabalho e do comportamento do rendimento do trabalho, que tende a oscilar muito de mês a mês, o recebimento de transferências assistenciais do Bolsa-Família e do BPC representa a garantia de um piso mensal de renda, que resulta em um mínimo de previsibilidade na administração do dia-a-dia pelas famílias mais vulneráveis.

4. O Comportamento do Mercado de Trabalho na Fase de Retomada

Embora seja possível caracterizar claramente, a partir de 2004, uma nova fase de crescimento da renda e de declínio da pobreza, os efeitos pró-cíclicos, que normalmente levam a que as áreas mais atrasadas tenham redução de pobreza relativamente mais fraca, têm se mostrado atenuados. Isto se deve ao comportamento do mercado de trabalho no período 2004-2008, em particular a forma como vêm evoluindo os rendimentos do trabalho, que, além de ser o componente mais importante na formação da renda das famílias, é o mais diretamente afetado pelas flutuações da conjuntura econômica. Ao examinar as variáveis básicas do mercado de trabalho – ocupação e rendimento – é possível detectar efeitos pró-cíclicos clássicos e outros que operam no sentido inverso, o que explica os resultados relativamente favoráveis quanto à evolução da renda e da pobreza nas áreas menos desenvolvidas.

Começamos pelo comportamento da ocupação. No período anterior, a evolução do pessoal ocupado foi fraca - taxa média de 1,68% de 1995-2003, compatível com o ritmo modesto de crescimento da produção. Cabe destacar que os resultados relativos à ocupação poderiam ter sido ainda mais adversos se não houvesse efeitos compensatórios em jogo. Assim, diante da queda continuada do rendimento médio do trabalho no período 1996-2004, ocorreu um forte estímulo ao ingresso de trabalhadores familiares secundários no mercado, o que foi possível em função de determinantes demográficos e culturais. A partir de 2004, o efeito da retomada é claro: a taxa anual de crescimento do número de pessoas ocupadas passa a 2,44% no período 2004-2008.¹²

A ocupação desde 2004 apresentou, de forma geral, o efeito pró-cíclico clássico: embora sua expansão tenha ocorrido em praticamente todo o país, com exceção de algumas áreas rurais, ela se deu de forma mais acentuada onde se localiza o centro dinâmico da economia. A variação ocorrida nos quatro anos de 2004-2008 fornece uma medida destes diferenciais relevantes: enquanto no Sudeste, que no período anterior sofreu mais diretamente o efeito da crise, o crescimento da ocupação foi de 12,1%, no Nordeste foi de 7,6%. Trata-se de um resultado que se alinha ao que se sabe sobre os desequilíbrios regionais e os impactos do ciclo econômico. Ademais, se explica por

¹² Resultados baseados em séries harmonizadas, que excluem o Norte Rural, não coberto pela amostra da PNAD nos anos anteriores a 2004. Fontes: Rocha (2003) e IPEA (2009).

diferenciações existentes entre áreas do país, como, por exemplo, o comportamento da ocupação no estrato rural, cuja população, no Nordeste, representa ainda mais de quarto da população regional.

Tabela 4
Crescimento da Ocupação
Brasil e Áreas Seleccionadas - 2004* - 2008

Área	$\Delta\%$ 2004 -2008
Brasil	10,1
Urbano	12,6
Rural	-4,2
Metropolitano	14,2
Norte	9,7
Nordeste	7,6
Sudeste	12,9
Sul	6,0
Centro-Oeste	12,9
São Paulo Metropolitano	15,5
Nordeste Rural	-3,7

Fonte: IBGE/PNAD, Tabulações especiais da autora.

*Dados relativos a 2004 reponderados

Estes resultados diferenciados por regiões se vinculam às características do sistema produtivo e da população ativa, cabendo destacar a questão relativa ao nível de qualificação da mão de obra. É bem sabido que, em função da necessidade de modernização produtiva para garantir competitividade econômica, o número de trabalhadores com menos de oito anos de escolaridade no Brasil vem declinando de forma sustentada, o que naturalmente significa a exclusão do mercado dos mais pobres e vulneráveis. De 1999 a 2008, este contingente passou de 43,7 milhões para 38,2 milhões, reduzindo sua participação de 57,9% para 42,5% no total de ocupados.¹³ Cabe, porém, distinguir duas situações distintas, antes e depois da retomada iniciada em 2004.

No período anterior a 2004, quando houve queda contínua do rendimento do trabalho para todos os níveis de escolaridade, a substituição gradativa de trabalhadores com menos de oito anos de escolaridade por trabalhadores mais qualificados permitiu ganhos de produtividade, que funcionaram como um incentivo à expansão da ocupação num cenário macro-econômico geralmente adverso.

Apesar da tendência sustentada de melhoria do perfil da ocupação por nível de escolaridade, especialmente desde meados dos anos noventa, a situação em 2004 ainda se configurava calamitosa, já que 48% das pessoas ocupadas no Brasil tinham menos de oito anos de escolaridade. Mesmo na metrópole de São Paulo, que certamente é um caso especial no contexto brasileiro, este contingente de trabalhadores ainda correspondia a

¹³ Dados harmonizados que excluem Norte rural.

31% do pessoal ocupado em 2004. Assim, diante do reconhecido descompasso entre nível de qualificação da população e estágio de desenvolvimento produtivo do país, havia a expectativa de que, uma vez retomado o crescimento econômico, a escassez de mão de obra se revelasse como um ponto de estrangulamento importante, além de resultar em efeitos distributivos adversos associados a ganhos salariais mais fortes para os trabalhadores mais qualificados.

Tabela 5
Evolução da ocupação e do rendimento médio mensal,
segundo níveis de escolaridade – Brasil, 2004*- 2008

Regiões Seleccionadas e Anos de Estudo	Pessoas Ocupadas (mil)			Rendimento (R\$ de 2008)		
	2004	2008	Δ %	2004	2008	Δ %
Brasil Total						
até 3 Anos	17.067	14.945	-12,4	331,75	413,78	24,7
de 4 a 7 Anos	22.078	20.760	-6,0	499,62	586,68	17,4
de 8 a 10 Anos	13.538	15.307	13,1	602,70	692,04	14,8
11 Anos ou +	27.608	36.950	33,8	1.446,68	1.509,96	4,4
Total**	80.778	88.342	9,4	805,30	961,85	19,4

Fonte: IBGE, microdados da PNAD.

Nota: Ocupados, inclusive aqueles com rendimento zero.

*Dados relativos a 2004 reponderados

** Total inclui os missings de escolaridade.

No entanto, o que ocorreu com a retomada da atividade econômica no período 2004-2008 foi peculiar. Enquanto, como era de se esperar, tenha aumentado de forma mais acentuada a ocupação para os mais qualificados, particularmente para aqueles com mais de onze anos de escolaridade (+ 33,8%), os ganhos de rendimento continuaram a ocorrer mais fortemente para os trabalhadores de baixa qualificação (Tabela 5), para o que contribuiu a política de valorização do salário mínimo.¹⁴ Houve, portanto, continuidade do declínio dos retornos à educação, que se verifica para todos os níveis de escolaridade, mantendo a tendência distributiva favorável associada ao rendimento do trabalho, que já tinha se verificado no período anterior a 2004. O aumento sustentado do rendimento do trabalho para todos, mas especialmente na base da distribuição, tem naturalmente efeitos diretos e indiretos em termos de redução da pobreza.

5. Efeitos Espacialmente Diferenciados da Retomada

Como o Brasil é um país continental, com características espaciais muito diferenciadas, informações agregadas nacionalmente encobrem necessariamente situações específicas que ajudariam a entender fenômenos complexos.

Optou-se aqui por ilustrar essas diferenças comparando dois casos extremos no que diz respeito à sensibilidade à conjuntura econômica, considerando explicitamente os efeitos

¹⁴ Embora a política de valorização do salário mínimo não seja uma panacéia, podendo ter efeitos adversos, por exemplo, no sentido de contribuir para a informalização das relações de trabalho, nos anos recentes no Brasil tem tido efeito distributivo favorável, contribuindo para reduzir a pobreza. A respeito do comportamento do rendimento do trabalho após 2004, ver Baltar (2009).

da ocupação e do rendimento do trabalho sobre a massa salarial por anos de estudo. Por um lado, a metrópole de São Paulo, que continua como o motor dinâmico da economia brasileira, o que fica demonstrado pela rapidez e intensidade dos efeitos tanto da crise, como da retomada econômica. Por outro lado, o Nordeste rural, área extensa, pobre e atrasada por excelência, cuja importância é irrefutável em função do tamanho da sua população com condições de vida reconhecidamente adversa: os cinco milhões de pobres nordestinos residentes na área rural correspondem a $\frac{3}{4}$ da pobreza rural brasileira. O comportamento de cada uma dessas duas áreas no período de retomada é relevante em função do seu impacto sobre distribuição da renda e espacialização da pobreza em nível nacional.

A reação à retomada da atividade nos dois casos foi diferenciada. Enquanto a expansão da ocupação se deu na metrópole paulista a um ritmo intenso, 17,4% no período, bem superior à média brasileira (9,4%), no Nordeste rural houve redução do número de ocupados no período 2004-2008 (-3,7%) (Tabela 6).

Tabela 6

Varição percentual do pessoal ocupado,
do rendimento do trabalho e da massa salarial, segundo anos de estudo
São Paulo Metropolitano e Nordeste Rural – 2004*-2008

Anos de Estudo	Δ P.O.* (%)		Δ Rendimento (%)		Δ Massa Salarial (%)	
	SP Metro	NE Rural	SP Metro	NE Rural	SP Metro	NE Rural
Até 7 anos	-3,0	-11,8	12,7	32,2	9,2	16,7
de 8 a 10 Anos	10,0	36,4	8,4	41,1	19,3	92,4
11 Anos ou +	33,4	90,6	1,2	13,1	35,1	115,6
Total	17,4	-3,7	9,6	40,6	28,6	35,4

Fonte: IBGE/PNAD, Tabulações especiais da autora

*Dados relativos a 2004 reponderados.

** Ocupados, exclusive os sem informação de rendimento do trabalho

O decréscimo absoluto da ocupação rural no Nordeste no período da retomada econômica recente não se vincula à evolução do tamanho da população residente, que ficou praticamente estável. Este decréscimo da ocupação se explica por um conjunto de fatores ligados à atividade produtiva, especificamente ao desempenho agrícola. A baixa produtividade da agricultura familiar nordestina se deve em grande parte ao nível de qualificação de mão de obra: em 2004, 88% dos ocupados no Nordeste rural tinham menos de oito anos de escolaridade, o que é incompatível com as necessidades de técnicas de uma agricultura moderna e voltada para o mercado. Como os circuitos de comercialização se modernizam e aumentam as alternativas de obtenção de renda do não-trabalho, crescentemente a produção familiar exclui a comercialização de excedentes, se limitando a alguma produção para o auto-consumo,¹⁵ e, como consequência, a ocupação rural tende a declinar. A redução do contingente de ocupados com menos de oito anos de escolaridade no Nordeste rural vem ocorrendo a um ritmo mais acelerado do que em outras áreas do país, o que, dada a importância relativa destes

¹⁵ No Nordeste os ocupados sem rendimento aumentam sua participação no total de ocupados – de 17% em 2004 para 20% em 2008 – em contracorrente ao que ocorre no país (8,1% em 2004 e 7% em 2008).
Fonte: PNAD/IBGE.

trabalhadores na região, acabou por resultar em queda absoluta do número total de ocupados, de 6,8 milhões em 2004 para 6,5 milhões em 2008.

Apesar de o crescimento econômico criar postos de trabalho que demandam mão de obra mais qualificada e levar a um aumento generalizado do rendimento do trabalho, a intensidade desses fenômenos e os resultados em termos de massa salarial¹⁶ ocorrem com intensidade diversa, em função das peculiaridades das áreas em questão. Assim, mesmo com a queda do pessoal ocupado no Nordeste rural, o aumento do rendimento médio se dá para todos os níveis de escolaridade e de forma mais acentuada do que na metrópole de São Paulo. Em particular, o forte aumento de 32,2% do rendimento médio para os trabalhadores com menos de oito anos de escolaridade no Nordeste rural beneficia o grupo mais numeroso de trabalhadores, justamente para o qual ocorreu redução do número de postos de trabalho. O aumento do rendimento mais do que compensa a redução de postos de trabalho para os menos qualificados, de modo que há incremento de 16,7% da massa salarial para este grupo de trabalhadores. Vale notar ainda que quanto maior o nível de escolaridade maior o diferencial do incremento do rendimento médio entre a metrópole paulista e o Nordeste rural. Assim, para os trabalhadores com mais de onze anos de estudo, o ganho do rendimento foi quase onze vezes maior no Nordeste rural do que na metrópole de São Paulo. Embora este aumento vertiginoso tenha impacto sobre um contingente relativamente restrito de trabalhadores na área rural do Nordeste (9,1% dos ocupados em 2008), ele dá uma medida da escassez local de mão de obra qualificada.

As evidências relativas às duas áreas em questão mostram que o comportamento do mercado de trabalho desde 2004 beneficiou todos os trabalhadores, mesmo os menos qualificados, que estão sofrendo um processo sustentado e inevitável de exclusão. A comparação esquemática da evolução ocorrida na metrópole de São Paulo e no Nordeste rural permite algumas conclusões.

Primeiro, os ajustes durante o período da retomada foram mais acentuados no Nordeste rural do que na metrópole paulista, o que resultou em redução das diferenças entre áreas quanto ao nível de escolaridade da mão de obra e ao valor do rendimento do trabalho. O aumento mais forte do rendimento do trabalho no Nordeste reduz o diferencial da região em relação aos rendimentos do trabalho em São Paulo, operando no sentido favorável à queda nacional dos índices de desigualdade de renda.

Segundo, apesar de os ganhos de rendimento mais fortes na base da distribuição, os impactos distributivos no Nordeste rural são amortecidos devido à escassez local aguda de mão de obra qualificada. Assim, a redução da desigualdade de renda na região se dá de forma mais lenta do que na região metropolitana de São Paulo, onde os retornos à educação são menores.

Terceiro, os ganhos de rendimentos para todas as categorias de trabalhadores, em particular os aumentos mais elevados para os menos qualificados, que tendem a ser os mais pobres, operam, naturalmente, no sentido de reduzir pobreza.

¹⁶ Massa salarial, ou rendimento total do trabalho, é o somatório dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, qualquer que seja a posição na ocupação, na semana de referência da PNAD. Equivale ao produto do número de ocupados pelo rendimento médio.

Quarto, o efeito favorável do mercado de trabalho sobre a pobreza tende a ser mais acentuado em São Paulo, porque, ainda que se considerem trabalhadores com o mesmo nível de escolaridade, os rendimentos do trabalho são muito mais altos – de três vezes a três vezes e meia por faixa de escolaridade - na metrópole paulista do que no Nordeste rural.¹⁷ Assim, para trabalhadores com quatro a sete anos de escolaridade, que correspondem a contingentes significativos nas duas áreas,¹⁸ o rendimento médio em São Paulo era de R\$ 696,19 reais, enquanto no Nordeste era de apenas R\$ 211,41 em 2008. Nestas condições, mesmo ganhos percentuais menores, como os que se verificaram na metrópole paulista, têm um impacto muito maior em termos de ganhos absolutos e redução da pobreza.

Apesar da evolução favorável do mercado de trabalho operando no sentido de reduzir pobreza e desigualdade, a participação do rendimento do trabalho na renda total das famílias ficou, considerando o agregado nacional, praticamente estável em 76% no período (vide seção 3). Em função dos contrastes entre a metrópole de São Paulo e o Nordeste rural, é interessante verificar como se deu a evolução da renda familiar nestes dois casos extremos no período de retomada da atividade econômica.

Tabela 7
Renda Familiar e de seus Principais Componentes
Crescimento e Participação na Renda Familiar Total
Metrópole de São Paulo e Nordeste Rural
Todas as famílias, 2004-2008*

Ano e Região Selecionada	Total	Trabalho	Aposentadorias e Pensões	Juros e Transf. de Renda	Outras Rendas**
São Paulo Metrópole					
Δ % 2004-2008	28,6	28,9	17,4	306,8	18,0
Part. 2004 (%)	100	80,5	16,6	0,7	2,3
Part. 2008 (%)	100	80,7	15,2	2,1	2,1
Nordeste Rural					
Δ % 2004-2008	44,8	35,1	58,1	71,6	56,6
Part. 2004 (%)	100	62,0	29,9	7,3	0,9
Part. 2008 (%)	100	57,8	32,6	8,6	1,0

Fonte: IBGE/PNAD, Tabulações especiais da autora.

*Resultados relativos a 2004 reponderados

**Abono permanência, aluguel e doação recebidos.

Os dados da Tabela 7 mostram que o rendimento do trabalho na metrópole de São Paulo cresceu em termos reais 28,9% no período 2004-2008, mantendo sua participação na

¹⁷ Em função da distribuição diferenciada da ocupação por faixa de escolaridade nas duas áreas em questão, o rendimento médio do trabalho na metrópole paulista era, em 2008, quase seis vezes superior ao verificado na área rural do Nordeste.

¹⁸ Esses trabalhadores eram 1,86 milhões na metrópole paulista e 1,66 milhões no Nordeste rural, correspondendo respectivamente a 18% e 28% do total do pessoal ocupado em cada área. (Fonte: PNAD/IBGE).

renda das famílias praticamente estável em 81%, num contexto geral em que a participação da renda do trabalho tendeu a declinar. Trata-se, ademais, de uma participação relativamente alta no contexto brasileiro (ver Tabela 3 para fins de comparação), evidenciando o dinamismo econômico de São Paulo, que se explicita nos períodos de retomada e representa um atrativo para trabalhadores de todo o país em busca de oportunidades de trabalho e de rendimentos mais elevados.

As aposentadorias e pensões, segundo componente em importância na formação da renda, têm participação relativamente baixa na metrópole paulista, além de declinante em relação a 2004. Apesar dos ganhos reais do salário mínimo, ao qual corresponde a maioria dos benefícios pagos nesta rubrica, seu valor se compara desfavoravelmente ao rendimento médio do trabalho na metrópole paulista – respectivamente R\$ 450 e R\$ 1.363 em setembro de 2008, o que contribuiu para este resultado. Os outros dois componentes têm importância marginal na formação da renda em São Paulo, com cerca de 2% de participação cada um.

Tabela 8
Renda Familiar e de seus Principais Componentes
Crescimento e Participação na Renda Familiar Total
Metrópole de S. Paulo e Nordeste Rural
Famílias Pobres , 2004-2008*

Ano e Região Selecionada	Total	Trabalho	Aposentadorias e Pensões	Juros e Transf. de Renda	Outras Rendas**
São Paulo Metrópole					
Δ % 2004-2008	-57,7	-61,2	-46,2	-27,1	-67,0
Part. 2004 (%)	100	79,9	11,7	5,7	2,8
Part. 2008 (%)	100	73,2	14,8	9,8	2,2
Nordeste Rural					
Δ % 2004-2008	-20,5	-28,7	-36,0	26,7	-13,9
Part. 2004 (%)	100	73,1	9,9	15,7	1,3
Part. 2008 (%)	100	65,5	8,0	25,0	1,4

Fonte: IBGE/PNAD, Tabulações especiais da autora.

*Resultados relativos a 2004 reponderados.

** Abono permanência , aluguel e doaes recebidos.

No Nordeste rural, a evoluo tanto do nível da renda, como sua composio apresentou características bem diversas das observadas em São Paulo. A participao da renda do trabalho é relativamente fraca, e, mais importante, declinou no período, apesar do seu crescimento ter sido vigoroso, expandindo-se em 35% de 2004 a 2008, taxa bem superior   verificada na metrópole paulista. Em contrapartida, aumentam as participaes já relativamente elevadas tanto das pensões e aposentadorias, como das transferências assistenciais. Vale lembrar que as aposentadorias do FUNRURAL, por serem não-contributivas, tem cobertura universal, tornando o benefício assistencial da LOAS irrelevante para os idosos de baixa renda não são no Nordeste rural, como na área

rural brasileira em geral. Neste contexto de concessão de aposentadoria igual a um salário mínimo para praticamente todos os idosos, a participação crescente da rubrica os *juros e transferências* se deve essencialmente ao Bolsa-Família. Estas transferências assistenciais de pequeno valor unitário tiveram a maior elevação da participação no período e já representam 8,6% da renda no Nordeste rural.

No que tange à renda das famílias pobres, observa-se que a renda do trabalho tem uma participação relativamente elevada nos dois casos, em particular no Nordeste rural, onde ela permanece com maior importância para as famílias pobres do que para o conjunto de todas as famílias. Este fato evidencia que as pensões e aposentadorias, em função do seu valor que tem como piso o salário mínimo, são determinantes para tirar famílias da pobreza, particularmente no Nordeste rural onde o custo de vida dado pela linha de pobreza se situa bem abaixo do da metrópole paulista.¹⁹ Em ambos os casos o declínio da participação do rendimento do trabalho está associado ao aumento forte da participação das transferências, que no caso do Nordeste rural já correspondem a 25% da renda das famílias pobres. Assim, as transferências de pequeno valor do BF, embora incapazes em muitos casos de tirar as famílias da pobreza,²⁰ representam um componente importante da renda das famílias pobres, especialmente em áreas rurais.

6. Considerações Finais

A redução da pobreza no Brasil desde 2004 é um fato irrefutável, que não depende de dados estatísticos para ser reconhecido. Pode ser percebido a olho nu, em função da expansão do consumo por todas as camadas da população e da melhoria das condições de vida no que depende diretamente da renda familiar.

Este texto teve como objetivo chamar a atenção para aspectos específicos da queda sustentada da pobreza no período 2004-2008, o que pode ser sintetizado pelos seguintes pontos.

Primeiramente, trata-se do papel primordial desempenhado pelo mercado de trabalho. A retomada econômica aumentou a ocupação e o rendimento do trabalho. O rendimento médio do trabalho, que se elevou em 19,4% de 2004 a 2008, beneficiou a todos, mas teve um forte componente distributivo. Os ganhos na base da distribuição foram mais acentuados – 36% a mais para os 20% dos ocupados com rendimentos mais baixos -, enquanto aumentou de 14% para os 20% dos ocupados que se situam no topo da distribuição. Além de reduzir a pobreza, a forma como ocorreram os acréscimos de rendimento do trabalho contribuíram para dar continuidade à queda da desigualdade de renda, que já se verifica desde a segunda metade da década de noventa. A evolução sustentada da melhoria distributiva da renda do trabalho frente à retomada econômica é um fato a celebrar. Ganharam todos, mas ganharam mais os mais vulneráveis, por exemplo, os trabalhadores com baixa qualificação que têm participação decrescente na força de trabalho brasileira. Apesar dos reclamos permanentes e justificados sobre a

¹⁹ A linha de pobreza, que reflete o custo de vida localmente específico em termos de valor pessoa/mês, era de R\$ 91,84 no Nordeste rural e R\$ 300,78 na área metropolitana de São Paulo em setembro de 2008.

²⁰ Sobre o impacto das transferências do Bolsa-Família sobre a pobreza, considerando as regras de elegibilidade do programa e os critérios de definição do valor do benefício, ver Rocha e Albuquerque (2009), p. 201.

escassez de mão de obra qualificada,²¹ o ajuste em direção ao aumento da escolaridade da mão de obra se deu, até 2008, sem efeitos distributivos adversos.

A elevação do valor, combinada aos aspectos distributivos favoráveis da renda do trabalho, foi crucial para a redução da pobreza às taxas observadas, já que este rendimento representa $\frac{3}{4}$ da renda total das famílias brasileiras. Na medida em que a renda do trabalho manteve sua participação na renda total num patamar estável entre 2004 e 2008, houve elevação no mesmo ritmo das outras rendas, que assim também contribuíram, mas em menor proporção, para a evolução favorável da pobreza no período.

O segundo aspecto a considerar foi a evolução dos demais componentes da renda das famílias. A renda de aposentadorias e pensões, que mantém sua participação estável em 19,6% da renda das famílias, contribuiu para a redução da pobreza. Isto se deu em parte em função da valorização do seu piso, vinculado ao salário mínimo, que teve um ganho real de 32% no período. Ademais, a queda progressiva da pobreza rural, que vem ocorrendo no longo prazo, está fortemente associada à expansão da cobertura dos benefícios pagos pelo sistema de aposentadoria rural – o FUNRURAL – que por não ser contributivo, tem um papel quase-assistencial importante. No Nordeste rural, a participação alta e crescente destas rendas – 32,6% da renda familiar em 2008 - revela o elevado grau de dependência das famílias em relação aos proventos de aposentadoria: eles são determinantes para seu status como pobres ou não pobres, já que dentre as famílias pobres no Nordeste rural, a participação da renda de aposentadorias e pensões é relativamente baixa (8,0%).

No que concerne às transferências assistenciais - mecanismo de política anti-pobreza *stricto sensu* - o aumento de sua participação na renda das famílias, e particularmente na das famílias pobres se deu em função da elevação dos valores pagos pelo BPC e da expansão da clientela atendida, tanto pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), como pelo Bolsa-Família (BF). Embora haja evidências empíricas de que ao pagar benefícios de menor valor do que o BPC, mas uma clientela muito mais ampla, o BF seja um mecanismo mais efetivo para redução da pobreza e da desigualdade,²² as transferências assistenciais em conjunto tiveram certamente um papel compensatório, evitando tanto o empobrecimento daqueles com desvantagens para a inserção no mercado de trabalho, como, de maneira mais geral, o aumento da pobreza dentre os mais vulneráveis. As transferências evitaram ainda um agravamento maior das desigualdades regionais da pobreza, já que no Nordeste chegava a 25% sua participação na renda das famílias pobres.

Um terceiro aspecto a comentar são os impactos especializados da fase de crescimento econômico sustentado 2004-2008 sobre a pobreza. Todos ganham, mas a retomada beneficia mais diretamente os centros dinâmicos da economia e as regiões onde se localizam. Os progressos são mais acentuados no Sudeste do que no Nordeste, revertendo, assim, a tendência de redução das desigualdades regionais no que concerne

²¹ O Brasil forma cerca de 30 mil engenheiros por ano, diante de uma necessidade estimada de 100 mil por ano, para atender projetos nas áreas de energia, petróleo, gás, química e construção civil (O Globo, 15/1/2010). Fala-se em gargalo de mão de obra, mas não há medida do prejuízo em termos de crescimento da produção devido à escassez de trabalhadores qualificados.

²² Paes e Barros, Foguel e Ulysea (2006) sobre impacto das transferências sobre a desigualdade (p. 19-73). Rocha e Albuquerque (2009) sobre os impactos sobre a pobreza.

à pobreza, que se verificara no período anterior.²³ É um efeito pró-cíclico esperado, mas indesejável, que só pode ser amenizado no curto prazo via aumento de transferências de renda para as famílias pobres com crianças. A comparação estilizada entre a metrópole de São Paulo e o Nordeste rural mostra que o mercado de trabalho na metrópole paulista tem vantagens estruturais que permitem avançar mais rápido a partir de patamares de renda mais elevados no período de retomada.

Este contraste no comportamento da metrópole paulista versus área rural nordestina não pode ser generalizado para o país. Durante a retomada 2004-2008, teve continuidade a queda da pobreza rural, apesar da redução relativa do ritmo verificado no período anterior. Assim, em 2008, apresentou uma participação “justa” no número de pobres do Brasil, isto é, quase equilibrando a participação no número de pobres e a participação na população brasileira, respectivamente 15,4% e 14,0%, em 2008. Como o país, a pobreza se desruralizou, e não só no que concerne a renda, mas as condições de vida em geral.

Os resultados relativos à pesquisa domiciliar de setembro de 2008, nos quais se embasou a análise aqui apresentada, ainda não mostravam efeitos no Brasil da crise global que se iniciara nos Estados Unidos em 2007. Embora os efeitos sobre nível de atividade, renda e emprego tenham sido fortes no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, especialmente para os setores industrial e exportador, a situação já tinha praticamente voltado ao normal em setembro de 2009, de modo que as oscilações da renda, da pobreza e da desigualdade não serão captadas pela PNAD 2009. Do ponto de vista do crescimento da economia, certamente 2009 foi um ano perdido, com um crescimento do PIB próximo de zero. Do ponto de vista das medidas de pobreza, é possível que a valorização do salário mínimo e a expansão dos programas de transferência permitam resultados menos adversos.

A retomada do crescimento econômico em 2010 – as estimativas para o PIB se situam entre 5% e 6% - se fará necessariamente em bases diferentes do que no período 2004-2008, em função da conjuntura externa adversa. Manter a trajetória de redução da pobreza depende, naturalmente, de crescimento econômico sustentável, garantindo a componente pró-pobre que teve no período 2004-2008. Depende ainda de introduzir mudanças na política social, entendida no sentido amplo. Por um lado, trata-se de aperfeiçoar as políticas previdenciária e assistencial, objetivando maximizar seus efeitos redistributivos e garantindo, assim, maior eficácia do seu papel compensatório sobre a renda dos mais pobres. Por outro lado, requer a implementação de melhorias educacionais de fato, que permitam “afrouxar” a restrição de mão de obra, viabilizando taxas de crescimento econômico mais elevadas, e operando simultaneamente no sentido de criar uma sociedade menos pobre e mais igualitária em todos os aspectos.

Referencias

Baltar, Paulo Eduardo. *Os Salários na Retomada da Economia e do Mercado de trabalho no Brasil: 2004-2007*, in Baltar, Krein e Salas (org.), *Economia e Trabalho: Brasil e Mexico*. São Paulo: LTr, 2009.

²³ A queda do número de pobres foi de 35% no Sudeste e 27% no Nordeste.

Barrientos, Armando, Santibáñez, Claudio. “New Forms of Social Assistance and the Evolution of Social Protection in Latin America”, *Journal of Latin American Studies*, vol. 38, no. 4 (2009), pp. 689-709.

Barros, R. P., Foguel, M., Ulyssea, Gabriel. *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente*. Brasília: IPEA, 2006.

IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, diversos anos.

IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, diversos anos.

IBRD, *World Development Report 1990: Poverty*. Washington, D.C.: Oxford University Press, 1990.

IPEA, *PNAD 2008: Primeiras Análises*. Brasília: 2009.

Rocha, Sonia. *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Rocha, Sonia. Albuquerque, Roberto C. *Como Gerar Oportunidades para os Pobres*, in Velloso, J.P. (org.), *Na Crise Global, as Oportunidades do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p.185-219.

Rocha, Sonia. *Structural Changes in the Brazilian Labor Market and their Impact on the Poor*. Osaka: XI Congresso da FIEALC, 2003.